



DIFICULDADE E DEFICIÊNCIA: QUAL A DIFERENÇA NO CONTEXTO ESCOLAR?

Pablo Chang

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
pablo-sdw@hotmail.com

Edineia dos Santos Brizola Brum

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
edineiabrum@alunos.utfpr.edu.br

Renato Francisco Merli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
renatomerli@yahoo.com.br

Clovis Batista de Souza

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
clovisb@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

Vivemos hoje na rede pública de ensino do Paraná, onde ocorre uma prática de algo almejado há muito tempo: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula regular. E dentro desse contexto, surgem inúmeros desafios pedagógicos: é preciso repensar antigas práticas, entendendo a riqueza de possibilidades que advém do pensamento de uma escola para todos; valorizar as diferenças enquanto colaboradoras do processo de aprendizagem; aprender sobre especificidades metodológicas potenciais no desenvolvimento de cada sujeito; e reorganizar a gestão do processo educativo como um todo. Sendo, assim, visível a complexidade por detrás do sucesso ou insucesso das práticas inclusivas na escola (MANTOAN, 2013).

A Constituição Federal de 1988 propõe avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, que garante o direito à igualdade (art. 5U) e trata, no artigo 205, do direito de todos à educação, sobre o pleno preparo da pessoa para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, no Artigo 206 (inciso I), a Constituição elege como um dos princípios “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Em seguida, no Artigo 208 (inciso V) acrescenta que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino (...), segundo a capacidade de cada um”.

Dentro dessa prática, está a integração, em que considera as deficiências como problemas das pessoas, visando a manutenção das estruturas institucionais. Por outro lado, há também a prática da inclusão, em que considera as deficiências como problema social, e promove a transformação da sociedade e das instituições para acolher essas pessoas (LOURENÇO, 2010). Acontece que, na prática, há falta de equipes multidisciplinares para tratar da inclusão como especialidade.

Assim, atualmente, percebe-se que, do ponto de vista educacional especial, a escola ainda se vive a transição de um modelo de integração para o modelo inclusivo. Através disso, há uma necessidade relevante do educador compreender claramente, antes de qualquer prática, sobre Deficiência e Dificuldade, que são termos protagonistas em discursos pedagógicos na perspectiva inclusiva.

No entanto, muitas das vezes se verifica a utilização de ambos como sinônimos um do outro. Seriam mesmo? Não haveria distinção entre os conceitos? Para responder a essas questões é que se propõe o atual trabalho. Discute-se a diferença que se pode fazer entre os termos no espaço escolar. Busca-se, dessa forma, colaborar com o professor em formação constante, que se prepara para a nova realidade. Não só na esfera da educação inclusiva, mas em todas as esferas, seja educacional, saúde, segurança, etc.

DEFICIÊNCIA

Segundo o dicionário Aurélio, o termo deficiência, do Latim *deficientia*, refere-se à falta, falha, carência, imperfeição e/ou defeito (FERREIRA, 2014). A deficiência, de acordo com a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, pode ser entendida como “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com diversas barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva do sujeito na sociedade em igual condição com os demais” (BRASIL, 2009).

Outra definição, apresentada por Carvalho (2012), afirma que a deficiência representa a exteriorização de um estado patológico, advindo de algum distúrbio orgânico. O que ocasiona a anormalidade de estrutura, de função psicológica, fisiológica ou anatômica. Podendo citar como exemplos de deficiência uma anomalia, defeito ou perda de um membro ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Assim, a deficiência pode ser temporária ou permanente, dependendo do seu grau de intensidade.

Nas orientações propostas por Mantoan (2003), “entende-se as deficiências como “fixadas” no indivíduo, como se fossem marcas indelévels, as quais só nos cabe aceitá-las, passivamente, pois pensa-se que nada poderá evoluir (...)”. Considera-se, portanto, das

suas especificações estáticas, como os níveis de comprometimento, as categorias educacionais, os quocientes de inteligência e entre outras.

A deficiência é compreendida, durante o último dispositivo de ordem mundial, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (1999), como “restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico ou social”.

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

No dicionário Aurélio, pode-se encontrar a definição de dificuldade, do Latim *difficultate*, como sendo o “caráter ou qualidade do que é difícil; aquilo que é difícil; obstáculo, estorvo, impedimento; complexidade, complicação; oposição, objeção; relutância, repugnância, situação crítica, apuro”.

Segundo Felipe (2013), o termo dificuldade está mais diretamente relacionado ao indivíduo que não responde ao desenvolvimento que se espera dele quanto ao seu potencial intelectual. Assim, o sujeito tende a apresentar desempenhos abaixo (ou superiores no caso de altas habilidades) do esperado por causa dessa circunstância específica. A dificuldade somente pode ser diagnosticada cujo déficit de aprendizagem não se deva a problemas neurológicos.

De acordo com Garcia (1998, p. 08), a dificuldade de aprendizagem “refere-se a um retardamento, transtorno ou desenvolvimento lento em um ou mais processos de fala, leitura, aritmética ou outras áreas escolares (...)”. Como causa, o autor enfatiza sobre uma possível disfunção cerebral e/ou alteração emocional. Porém, “não é um resultado de retardamento mental, de privação ou fatores culturais e instrucionais”. Numa mesma perspectiva, “a dificuldade de aprendizagem é encontrada em crianças com atrasos no desenvolvimento psicomotor, perceptivo, linguístico, conectivo e psicológico” (SEBER, 1997).

Assim, como também, Freire (1996, p. 31, 32) conceitua a dificuldade de aprendizagem como “um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escrita, fala, leitura, raciocínio ou habilidades matemáticas”.

RECONHECENDO A DIFERENÇA

É frequente, no contexto escolar, confundir os termos Deficiência e Dificuldade de Aprendizagem. Assim como afirma Silva (2003):

A criança com dificuldade de aprendizagem vem sendo confundida com a que é portadora de deficiência mental, uma vez que não compreende e não consegue acompanhar a turma, ou seja, não apresenta o desempenho escolar esperado pelo professor diante dos conteúdos programáticos.

Pensando nesse aspecto, Fonseca (1995, p. 30) também compartilha a mesma afirmação, em que a criança com dificuldade não é deficiente. Pois a criança com dificuldade de aprendizagem possui “um perfil motor adequado, inteligência média, uma adequada visão e audição, em conjunto com ajustamento sócio-emocional”.

Uma forma prática do professor verificar a diferença entre os dois conceitos, é pensando nas classificações propostas para cada um. As especificidades de cada ideia - deficiências e dificuldades - não permite uma única classificação simultaneamente. Os termos são abordados de forma separada justamente por tratarem de assuntos diferentes.

Quando se trata de deficiências, encontramos as especificações: deficiência mental/intelectual, deficiência auditiva, surdez, deficiência física, deficiência visual, deficiência múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, condutas típicas e altas habilidades/superdotação. Assim, são possíveis deficiências de diferentes naturezas - psicológica, física ou sensorial (MOHR, 2012).

As dificuldades de aprendizagem, por sua vez, podem ser específicas, ou gerais. E ainda temporárias ou permanentes. Classificando-se, segundo Ribeiro (2012), em: dislexia (dificuldade na aprendizagem da leitura), disgrafia (dificuldade na escrita), discalculia (dificuldade para cálculos e números), disortografia (dificuldade de transcrever corretamente a linguagem oral), dislalia (dificuldade na fala), e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDH).

CONCLUSÕES

A partir das definições descritas, é possível verificar a distinção entre os termos Deficiência e Dificuldade. O professor precisa estar atento ao trabalho inclusivo, buscando formas para que ambos os alunos (com deficiências e com dificuldades) estejam de fato incluídos na sala de aula. E entendendo a diferença entre os conceitos, o educador tende a não tratar todos os estudantes como necessitando das mesmas adaptações curriculares/metodológicas. Além disso, enfatiza-se a importância dessa distinção, para que

ele, o educador, possa pensar em métodos de ensino diferenciados, e também, nas formas de aprendizagem diferenciadas.

Os educandos com dificuldades, por sua vez, exigirão do professor o pensamento mais específico acerca das metodologias e práticas pedagógicas mais apropriadas às suas especificidades. Muitas vezes, o fracasso do aluno na verdade é apenas o fracasso do ensino oferecido a ele, ou seja, “a dificuldade de aprendizagem do aluno pode ser influenciada pelo meio em que a aprendizagem ocorre e não puramente por dificuldades cognitivas do aluno” (FELIPE, 2013).

Para os alunos com deficiência, estes necessitarão, na grande maioria dos casos, de adaptações que vão além do planejamento do professor. Envolvendo, adaptação física ou de equipe de apoio (intérpretes, professores auxiliares, etc). Para os defensores como Mantoan (2003) e Forest (1985), é indispensável que as escolas adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos. Oferecendo alternativas e recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos.

Uma causa possível que leva o professor a confundir os dois termos é, por muitas vezes, de o aluno com deficiência também ser passivo de alguma dificuldade de aprendizagem. Levando a acreditar que da mesma forma que se trabalha a dificuldade do aluno comum, trabalha-se a dificuldade do aluno com deficiência. O que é inconveniente, uma vez que os alunos, dadas suas dificuldade e/ou deficiências carecem de métodos de ensino dependendo da sua condição específica.

Ademais, os termos remetem a ideias distintas, ambas presentes no contexto da educação inclusiva. É importante que o profissional da educação compreenda essa diferença, considerando a relação entre os conceitos e, além disso, realize discussões críticas frente ao assunto. Não são sinônimos, mas de certa forma, estão em relação estreita e, contudo, estão explicitamente próximos entre si na realidade do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Decreto 6.949, de 25 de Agosto de 2009 - **Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência**. Brasília, 2009.
- CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: A Reorganização do Trabalho Pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- FELIPE, S. M.; BENEVENUTTI, Z.S. **Dificuldade de Aprendizagem**. *Maiêutica - Curso de Pedagogia*. v.1, n.1. 2013. Disponível em:

<<https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/PED/article/view/584>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**. - 3.ed. - Curitiba: Positivo, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. / Maria Teresa Eglér Mantoan (Organizadora). - 5.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOHR, A.M. et. al. **Pensando a Inclusão**. / Allan Martins Mohr; et. al. (Organizadores). - 1.ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2012.

RIBEIRO, Pereira Damaris. **Intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem**. Dourados News, 2012. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/especiais/opiniao/intervencao-psicopedagogica-nas-dificuldades-de-aprendizagem-por-damaris-pereira-ribeiro>>. Acesso em: 02 de maio 2015.

JIMÉNEZ, R. B. **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

GUATEMALA. Assembleia Geral, **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. 29.º período ordinário de sessões, tema 34 da agenda. Cidade da Guatemala, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394)**. Brasília: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei nº 7.853/89**. Brasil: Centro Gráfico, 1989.

FOREST, M. **Full inclusion is possible**. In: Education/ Intégration. A collection of readings on the integration of children with mental handicaps into the regular school system. Downsview/Ontário, Institut Alain Roeher, p. 15-47, 1985.

LOURENÇI, É. **Conceitos e Práticas Para Refletir na Educação Inclusiva**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SILVA, J. D. **Dificuldade de Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes; Projeto "A Vez do Mestre", 2003.

GARCIA, J. N. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SEBER, M. G. **Piaget, o Diálogo com a Criança e o Desenvolvimento do Raciocínio**. São Paulo: Scipione, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25.º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.o, v.12, n.2, 2010.

FONSECA, V. **Educação Especial**. 2.º ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.